

O MOVIMENTO NEOCONSERVADOR NO ESTADO BRASILEIRO: ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Luiz Fernando Dall'Onder

O presente texto objetiva analisar o movimento histórico de consolidação do neoconservadorismo no Estado brasileiro através de forças conservadoras e religiosas que passaram a ocupar o cenário político na defesa de valores morais, representados no Legislativo Federal pela Frente Parlamentar Evangélica, bloco atuante na defesa de seus interesses enquanto sociedade política.

O neoconservadorismo desponta em decorrência de um movimento global de suma importância para a consolidação do conservadorismo político-religioso no Brasil. Trata-se de uma vertente do neoliberalismo¹ que se adequa perfeitamente aos seus interesses, através de uma concepção diferenciada da ordem social, pautada na ordem moral. Tem como principal alvo a “permissividade moral que o individualismo costuma promover. Nesse sentido, ele procura restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político” (HARVEY, 2005, p. 93).

A atual conjuntura político-religiosa consolidou-se mediante a crescente atuação de religiosos na esfera política, advindos em sua maior parte do setor evangélico, representantes de uma parcela da população que ascendeu demograficamente a partir da década de 2000 e consolidou sua presença no Legislativo federal. Trata-se de um movimento complexo e orgânico, no qual o neoconservadorismo se engendra na estrutura política do Estado e assume diversas pautas para consolidar o seu projeto de sociedade, dentre elas, a intervenção moral na política educacional, principalmente através da Frente Parlamentar Evangélica, que manifesta seu apoio ao projeto neoliberal em curso.

Atualmente composta por 195 deputados², a Frente Parlamentar Evangélica traz estratégias voltadas para a privatização e intervenção mínima do Estado nas relações particulares. Provenientes de diversos partidos políticos, sua característica

¹ O neoliberalismo decorre da tradição liberal e tem sua essência formada através de “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instancia mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2012, p. 84).

² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 02 dez. 2019.

principal é a coalisão de interesses pautados numa base ideológica dos costumes morais.

A posição adotada por esta Frente, reflete de forma simultânea o avanço despótico do comércio global, que articula a visão desenvolvimentista nos diversos setores da sociedade, com foco na eficiência e geração de lucro (BRASIL, 2018) e traz na figura do partido político a consolidação dos interesses da democracia liberal burguesa que, revestidos de uma democracia formal, utilizam do viés ideológico para dar “materialidade à disputa pelo aparato institucional no contexto democrático” (FERNANDES, 2018, p. 29).

As proposições desta frente se desenvolvem e passam a colocar em risco o sentido amplo dado à educação, voltada a abranger os processos formativos que se desenvolvem nos diversos estratos da vida social mediante a consolidação de um regime ultraconservador no cenário político brasileiro, advindo do percurso neoliberal na busca pelo consenso de classes e frações de classes, diante de um projeto de sociabilidade voltado à moral religiosa, que se engendra nas estruturas do próprio Estado, dificultando cada vez mais o acesso democrático das demandas populares.

MANIFESTO À NAÇÃO: O PROJETO DE SOCIEDADE E DE EDUCAÇÃO DEFENDIDO PELA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

A adoção de uma agenda neoconservadora em sintonia com as políticas neoliberais fica evidente através do lançamento em outubro do ano de 2018, de um documento programático que define a base de atuação da Frente para a atual legislatura (2019-2023), denominado Manifesto à Nação (BRASIL, 2018a), composto enquanto um planejamento estratégico denominado “O Brasil para os Brasileiros”.

Na apresentação do documento fica clara o atendimento da política neoliberal, tendo em vista a notória valorização da iniciativa privada, a qual “considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livres comércios” (HARVEY, 2005, p. 75).

O documento se estrutura em quatro eixos principais, baseados sobre a modernização do Estado, Segurança Jurídica, Segurança Fiscal e Revolução na Educação, tendo como principal objetivo iniciar o processo de transformação da cultura político-administrativa brasileira. Defende a total liberdade do mercado e

condena o intervencionismo Estatal. Como é sabido, o Estado Neoliberal não vê com bons olhos a intervenção Estatal, com exceção a exercida para atender os interesses das elites, uma contradição presente nas diversas intervenções estatais em atendimento à classe hegemônica e a clara defesa da intervenção mínima para o restante da população.

No tocante à Educação, resta evidenciada a importância dada aos valores morais, cuja prescrição encontra-se presente no Eixo IV - “Revolução na Educação”, ao afirmar a necessidade do “Ensino moral”, como base transversal de todo o currículo:

De outro lado, devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual (BRASIL, 2018a, p. 55).

Desta forma, de acordo com a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, torna-se perceptível o espaço central que a educação ocupa nas disputas hegemônicas constituintes da pauta neoliberal e dos costumes, fazendo com que a resistência advinda de movimentos ligados à sociedade civil e representantes de setores da educação ocupem centralidade, frente ao desmonte proposto pelos defensores do neoconservadorismo, que fazem uso do viés político-religioso enquanto estratégia fundamental na defesa do projeto de sociabilidade neoliberal.

CONCLUSÃO

A crescente disputa por uma sociedade equânime e igualitária se defronta com o avanço do projeto de sociabilidade neoliberal e a consolidação do neoconservadorismo no cenário político nacional. Neste cenário, a Frente Parlamentar Evangélica representa um importante aliado político com forte representatividade no Executivo Federal e na sociedade civil.

O documento Manifesto à Nação (BRASIL, 2018) desvela a adesão desta Frente Parlamentar ao regime ultraconservador presente no cenário político brasileiro, advindo do neoconservadorismo e que intenta a obtenção do consenso com vistas a consolidar um projeto de sociabilidade voltado à moral religiosa, que se

engendra nas estruturas do próprio Estado, dificultando cada vez mais o acesso democrático das demandas populares.

A resistência feita por movimentos ligados à sociedade civil e representantes de setores da educação emergem como prioridade na luta por um projeto de sociedade e de educação que assegure o respeito pela diversidade através da garantia dos direitos sociais, mediante um movimento contra-hegemônico, o qual assume a árdua tarefa de reverter os ditames da aparelhagem que se volta a consolidar a pauta dos costumes e permita novas formas de entender e compartilhar o mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Frente Parlamentar Evangélica. **Manifesto à Nação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/anexos/564596_manifesto_nacao.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Gestão democrática da educação no Brasil**: a emergência do direito à educação. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.